



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681196 - RS (2021/0225186-8)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : SABRINA GAZZOLA TATIM  
**ADVOGADO** : SABRINA GAZZOLA TATIM - RS063032  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : JEFERSON PINTO KOCHHANN (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFERSON PINTO KOCHHANN em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5101217-59.2021.8.21.7000).

O paciente "foi preso em flagrante, pela prática, em tese, do delito de tráfico de drogas" (fl. 59).

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, porquanto possível a fixação de medida cautelar diversa, em especial diante de suas condições pessoais favoráveis.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para responder o processo em liberdade, com eventual fixação de medida diversa da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente